

# DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SERRANA <sup>(1)</sup>

Cleber Bueno Guerra <sup>(2)</sup>

Extremamente louvável a iniciativa do seminário para discutir a concepção de um modelo de desenvolvimento para a Região Serrana do Espírito Santo, realizado em Venda Nova do Imigrante, em junho passado. Feliz também a iniciativa do convite aos Professores Silvano Possagnolo, da Universidade de Veneza/Itália, discorrendo sobre o modelo Vêneto e Orlando Calimam, da UFES, trabalhando os aspectos conceituais do desenvolvimento regional.

Segundo Possagnolo, a Região do Vêneto detêm, hoje, 7,5% da população nacional e responde por 16,3% do total exportado pela Itália, apresentando alto padrão tecnológico, com média de uma empresa, na maioria, do tipo agro-alimentar, para cada 15 habitantes. Até 1970, a agricultura sustentou o desenvolvimento industrial, fechando a década com uma economia mista e forte. A partir daí, quando a grande indústria entrou em crise, parte da mão de obra foi absorvida pela agricultura, enquanto outra parte dos desempregados, os mais capitalizados e empreendedores, criaram pequenas empresas, de base familiar, sediadas na própria casa, como fornecedores, terceirizados, das grandes indústrias. As famílias, assim, puderam diversificar as atividades agrícolas e não agrícolas, abrindo um novo mercado de trabalho, gerando riqueza.

Da aludida explanação, ficou evidenciado que o fantástico desenvolvimento atingido pela Região do Vêneto/Itália, é função direta da reforma agrária do pós-guerra; avanços tecnológicos; mentalidade empreendedora, inclusive do Estado; pluriatividade das famílias; pequenas empresas familiares integradas às indústrias; poupança local e a cultura do trabalho intenso. O próprio fato do Vêneto, em 1945, ter saído praticamente destruído da 2ª Guerra, favoreceu o espírito cívico, de solidariedade e reconstrução. O maior nível gerencial e organizacional dos agricultores pode ser explicado pela assistência técnica prestada pelas Cooperativas, na proporção de 1 Técnico para 50 agricultores, além da presença forte do Estado, na implementação de políticas contínuas de valorização da agricultura, com subsídios, definição de cotas, além da certificação de produtos típicos, orgânicos ou biológicos.

Reforçada a tese de que “modelos”, mesmo os mais exitosos, servem apenas de referência, o aludido Seminário serviu também para evidenciar as inúmeras potencialidades da região serrana capixaba, a partir das raízes culturais da origem Italiana; predomínio da pequena propriedade familiar; belezas naturais e espaço turístico privilegiado; tradição da agroindústria artesanal; ambiência científica e tecnológica para uma agricultura sustentável, representada pelo Centro Regional do Incaper e, recentemente, avanços do agroturismo, que já desperta interesse da mídia nacional e consolidação do sistema de crédito cooperativo, através do SICOOB. Ressalva-se ainda a sua localização estratégica, cortada pela BR-262, podendo tornar-se parada obrigatória para o grande fluxo de turistas para o litoral e que, certamente, virá servir de válvula de escape para população da Grande Vitória, cada vez mais congestionada e sem opções de lazer.

Portanto, o movimento iniciado para elaboração de um planejamento estratégico, objetivando promover a integração das potencialidades locais e dos recursos regionais (humanos, financeiros e naturais), nos Municípios componentes da região serrana capixaba, é recebido com grande expectativa. Virá, certamente, acelerar a consolidação de um dos polos mais dinâmicos da economia capixaba, baseado em atividades agroturísticas e nos sistemas agro-alimentares. Todas estas amplas potencialidades, entretanto, não poderão se curvar diante do maior desafio a ser enfrentado, no curtíssimo prazo: a escassez de água na região.

<sup>(1)</sup> **Publicado em A Gazeta, Vitória/ES, 09/07/2001.**

<sup>(2)</sup> **Eng. Agrônomo do Incaper/ Mepes.**

## **AGÊNCIAS LOCAIS DE CRÉDITO <sup>(1)</sup>**

**Cleber Bueno Guerra <sup>(2)</sup>**

O Crédito Rural no Brasil, historicamente, excluiu os agricultores familiares, beneficiando apenas os grandes proprietários de terras e, a partir da década de 50, foi usado para viabilizar a introdução no campo de máquinas, agroquímicos e sementes, preconizados pela “Revolução Verde”. Neste processo de exclusão, percebe-se que a sobrevivência e mudanças tecnológicas introduzidas na agricultura familiar, embora em pequena escala, foram sustentadas pelos próprios agricultores que, correndo todos os riscos, usaram suas poupanças próprias ou recorreram ao capital comercial dos compradores, atravessadores, atacadistas e agroindústrias. Antes tarde do que nunca, só na década de 90 e após muita pressão política do movimento sindical, o Governo criou o PRONAF, que veio incluir os agricultores familiares no sistema oficial, inclusive estimulando a criação das Cooperativas de Crédito.